

Evolução da votação dos partidos na 2ª República em Cabo Verde (1991/2011)

João Neves de Carvalho¹

José Constantino Santos da Veiga²

Resumo

Este trabalho propõe-se a refletir sobre a evolução da votação dos partidos na 2ª República em Cabo Verde (1991/2011). Fundamenta-se na teoria que considera o contexto geográfico como condicionante na distribuição dos votos dos partidos. Os procedimentos metodológicos adotados de caráter heterogênea recorrem a processos estatísticos, comparativos, históricos e cartográficos. A análise explora com mapas, estatísticas, gráficos, tabelas e outros recursos, a votação dos partidos. Os resultados alcançados mostram que a votação dos partidos está associada aos indicadores socioeconômicos, referente a avaliação econômica do país, grau de escolaridade, região de origem, setor de trabalho, profissão e renda.

Palavras-Chave: Geografia Eleitoral; Partidos políticos; Cabo Verde.

Abstract

This study aims to reflect on the evolution of the party vote in the 2nd Republic in Cape Verde (1991/2011). Based on the theory that considers the geographic context as conditioning the distribution of votes of the parties. The methodological procedures adopted heterogeneous character resort to statistical, comparative, historical and cartographic processes analysis exploits with maps, statistics, graphs, charts and other resources, the vote of the parties. The results show that the vote of the parties is associated with socioeconomic indicators relating to economic evaluation of the country, education level, region of origin, sector of employment, occupation and income.

Keywords: Electoral Geography; Political parties; Cape Verde.

Introdução

Moreira (2013, p.17) subsidia que o espaço é o objeto da geografia e o conhecimento da natureza e das leis do movimento da formação econômico-social por intermédio do espaço é o seu objetivo. Segundo o geógrafo, o espaço geográfico é o espaço interdisciplinar da geografia, é a categoria por intermédio da qual se pode dialogar com os demais investigadores que indagam alcançar o movimento de

¹ Doutor em Geografia e Prof. Assistente-graduado na Uni-Cabo Verde. Bolsista da Capes/CNPq. Contato: joao.carvalho@docente.unicv.edu.cv

² Geógrafo. Técnico Superior da Divisão Sistema de Informação Geográfica Câmara Municipal da Praia. Contato: zitoveiga@hotmail.com

toda a formação econômico-social, cada qual a partir de seu modelo análise. “O espaço é história, estatuto epistemológico sobre o qual a geografia deve erigir-se como ciência. (...) O espaço geográfico é parte fundamental do processo de produção social e da estrutura de controle da sociedade”.

Os procedimentos utilizados para a realização desta pesquisa e consequente alcance dos objetivos traçados, foram efetuadas incursões, nomeadamente, junto às fontes bibliográficas, no tratamento, adequação e a construção da base de dados, produção de tabelas, gráficos foi utilizando o *software Microsoft Excel*. Quanto à elaboração cartográfica, foi usado o *software ArcGIS 9.x* e para análise estatística, o SPSS 17 (*Statistical Package for the Social Sciences*). Para o mapeamento foi utilizado a base cartográfica de Cabo Verde cuja unidade espacial é a ilha, em versão digital georreferenciada. Pierre George (1986, p.17) lembra que o geógrafo está decidido a se tornar um dos maiores usuários dos métodos de cálculo, “de empregar índices de correlação e de ponderação que transformam de acordo com os dados, assim como de interseção seriações quantitativas de especificidade variada”. Na República de Cabo Verde a conversão dos votos em mandato em cada círculo eleitoral do território nacional e do estrangeiro faz-se através do Método de Representação proporcional D'Hondt (CECV art. 405º). O método D'Hondt aplicado em dezassete círculos eleitorais pequenos (com 2 a 5 mandatos), num círculo eleitoral médio (6 a 9 mandatos) e em dois círculos eleitorais grandes (10 ou mais mandatos) O método comporta uma fórmula matemática, ou algoritmo, indicada a determinar o arranjo dos mandatos pelas listas concorrentes³.

Evolução histórica dos partidos políticos

A significação mais profunda dos partidos políticos é que tende à criação de novas elites. A decadência das religiões oficiais coincide com o arrebatamento das religiões políticas. “Na atualidade, o conceito de partido abarca as igrejas, com seu clero, seus fiéis, sua fé, sua ortodoxia, sua intransigência” (DUVERGER, 1980, p. 97). Os partidos são considerados como agrupamentos de pessoas que comungam as mesmas ideias básicas quanto ao futuro da nação. Esse ideário só é válido se as grandes problemáticas nacionais aparecem como um sistema coerente (SANTOS, 2000). Segundo Nkrumah (1977), em parte, a razão pela qual os partidos políticos apareceram tão tarde

³ O método é traduzido pela fórmula: $\frac{V}{S+1}$, onde V é o número total de votos apurado para a lista e S o número de lugares já colocados na lista.

em África, deve-se as contradições entre a presença dos interesses dos estrangeiros e dos seus representantes. Cabral (1978, p.28) defende que para lutar contra o colonialismo é preciso meios. “É preciso, em primeiro lugar, criar um instrumento para a luta. Este instrumento é o nosso Partido, instrumento-base, o instrumento-mãe”.

Tabela 1 – Partidos políticos Cabo-verdianos

Partido / Sigla	Orientação Política	Data da Fundação
PAIGC	Pan-africanista	1956/1981
PAICV	Internacional Socialista	1981
MPD	Popular Democrata	1990
PCD	Popular Democrata - secessão do MPD	1994/2006
ADM	Popular Democrata	2001
PRD	"Esquerda" secessão do MPD	2000
PSD	Socialista	1992
PTS	Social-Democrata	2000
UCID	Liberal	1974

Fonte: adaptado de CNE (2010).

A Lei n.º 86/III/90 estabelece o Regime Jurídico dos Partidos Políticos e a autonomia dos partidos políticos para definirem sua estrutura interna, organização e funcionamento. Proclamado a 20 de Janeiro de 1981, o Partido Africano de Independência de Cabo Verde (PAICV) (Tabela 1) assume o legado teórico de Amílcar Cabral e, de forma criadora, na tradição da luta de libertação nacional, nele se apoia para dirigir a ação pela edificação de uma sociedade próspera e de justiça. Membro da Internacional Socialista desde 2002, do ponto de vista ideológico, o partido declara-se de esquerda social democrática (Estatutos do PAICV, 2010). O Movimento para a Democracia (MPD) surgiu no interior do sistema político democrático no contexto do processo de transição democrática. De uma associação política, pleiteando a democracia na arena política cabo-verdiana, o MPD acaba por se transformar num partido político em Novembro de 1990. Ideologicamente é um partido de centro, membro da Internacional Democrática do Centro (IDC) e da Internacional Democrata do Centro para a África (IDCA) (Estatutos do MPD, 2010). As clivagens políticas se traduziram na não coabitação dentro do partido pois o fracionismo interno dos anos 93/94 e 2000 traduziram na saída do grupo contestatário e a formação de dois novos partidos políticos, o Partido de

Convergência Democrática (PCD) e o Partido da Renovação Democrática (PRD). A União Cabo-verdiana Independente e Democrática (UCID) é a terceira força política no Parlamento desde 2006. A UCID desenvolveu algumas ações políticas que lhe permitiu uma certa visibilidade face a situação dos presos da reforma agrária (Lei n.º 9/II/82 de 26 de Março) iniciada no dia 31 de Agosto de 1981 em Ribeira Grande, Ilha de Santo Antão. Formalmente se define como um partido do centro. (Estatutos da UCID, 2009). Nos finais de 2000, o partido protagoniza, juntamente com o PCD e Partido do Trabalho e Solidariedade (PTS), uma coligação em 2001, denominada Aliança Democrática para a Mudança (ADM).

O número efetivo de partidos (N)

Lijphart (2011) ampara que os partidos a serem contados, sejam eles ideologicamente compatíveis ou não, propõe uma classificação de sistemas partidários que leva em consideração tanto seu número quanto seus tamanhos relativos. Os sistemas bipartidários são dominados por dois grandes partidos, embora possa haver alguns outros partidos pequenos no Parlamento (caso da UCID em Cabo Verde). O índice que informa quantos partidos existe em determinado sistema partidário, tomando seus tamanhos relativos em consideração. Pode-se perceber que no sistema bipartidário com dois partidos igualmente fortes, o número efetivo de partidos é exatamente 2,0.

Tabela 2 – índice do número efetivos de partidos (N)

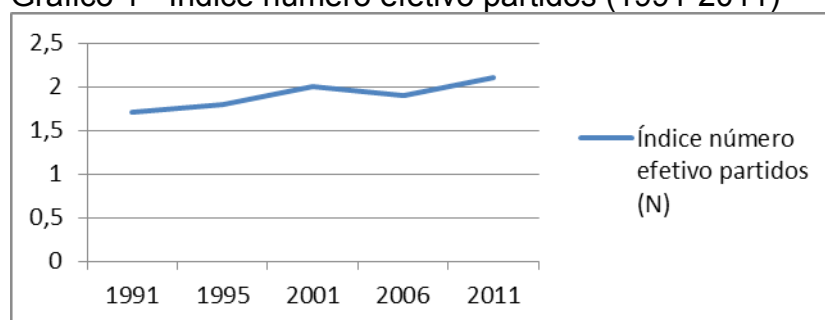
Ano	PAICV	s_i^2	MPD	s_i^2	PCD	s_i^2	ADM	s_i^2	UCID	s_i^2	Total	$\sum s_i^2$	N
1991	23	0,08	56	0,50	0						79	0,6	1,7
1995	21	0,09	50	0,48	1	0,02					72	0,6	1,8
2001	40	0,31	30	0,17	0		2	0,03			72	0,5	2,0
2006	41	0,32	29	0,16	0				2	0,03	72	0,5	1,9
2011	38	0,28	32	0,20	0				2	0,03	72	0,5	2,1

Fonte: Boletim Oficial de Cabo Verde, processamento do autor.

A Tabela 2 indica a escala de variação considerando os resultados das eleições legislativas mostra que número efetivo de partidos, mostra a tendência para consolidação da bipartidarização.⁴

Nas eleições de 1991, o número efetivo de partidos é de 1,7 onde um partido era mais forte que o outro aproximando-se do sistema unipartidário. A partir de 2001 a 2011, o índice situou-se entre 1,9 a 2,1, diminuindo a variação, consolidando a tendência para a bipartidarização. O Gráfico 1 confirma a evolução do Índice efetivo de partidos na República de Cabo Verde. É também possível calcular o número efetivos de partidos com base em seu percentual de votos, em lugar de percentual de cadeiras.

Gráfico 1 - Índice número efetivo partidos (1991-2011)



Fonte: Elaboração própria.

Nível de implantação dos partidos

O nível de implantação dos partidos políticos pode ser melhor ilustrada através do índice de nacionalização/regionalização. Este índice calcula até que ponto um partido político pode ser considerado regionalista ou de caráter nacionalista, ou seja mede a concentração e a dispersão dos votos nos espaço. O valor deste índice varia num intervalo de 0 a 1, quanto mais perto de 0 estiver o partido é considerado regionalista e quanto mais próximo de 1 estiver o partido é considerado nacionalista (NICOLAU, 2005). Quanto ao nível de implantação dos partidos políticos em 2011, podemos afirmar a partir da análise dos mapas que apenas o PAICV e o MPD estão bem representados em todos os círculos eleitorais, enquanto os restantes partidos políticos, estão regionalmente circunscritos. A UCID e PTS concentram-se nas ilhas de S. Vicente e S. Antão, o PSD na ilha da Santiago, na região Sul. O PTS surgiu em 2001, reivindica a ocupação de um espaço alternativo no aspeto político e uma governação mais atenta as demandas sociais das classes trabalhadoras. No que se refere ao Índice de nacionalização/regionalização.

⁴ Esse número (N) é calculado: $N = \frac{1}{\sum s_i^2}$ onde s_i é a proporção de cadeira do partido i .

Os partidos têm, em geral, comportamentos diferenciados de votação nos círculos eleitorais de um país. Em Cabo Verde, por exemplo, nossa pesquisa mostrou que alguns partidos têm votação dispersa pelo território, enquanto outros têm votação concentrada em um número reduzido de concelhos. “Como é possível dizer que alguns partidos estão ficando mais nacionalizados, enquanto outros estão concentrando mais a votação?” (NICOLAU 2005, p. 596). A partir da análise da Tabela 3, pode-se concluir que o partido mais nacionalista é o PAICV seguido de perto pelo MPD e as restantes forças políticas.

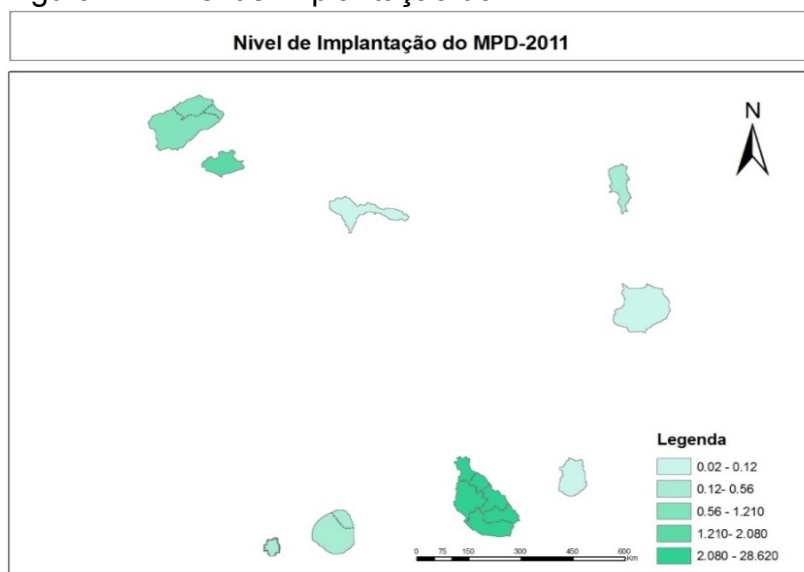
Tabela 3 - Índice de nacionalização/regionalização

Índice/Partidos	MPD	PAICV	UCID	PSD	PTS
Nac/Regionalização	0,1	0,08	0,98	0,76	0,80

Fonte: Boletim Oficial Cabo Verde, processamento do autor.

O eleitorado do PAICV é mais reduzido no Norte, nos concelhos de S. Vicente, Porto Novo e Ribeira Grande, a Leste, no Sal, Boavista e Maio e no Sul, nos concelhos de S. Catarina, S. Miguel e Tarrafal, onde o MPD tem maior implantação. O partido tem forte implantação nos concelhos de Santiago Norte e Sul, nos da ilha do Fogo (S. Filipe, Mosteiros e S. Catarina). Relativo ao nível de implantação dos partidos políticos em 2011 (Figura 1), o MPD regista nas ilhas de Santiago e São Vicente (2.080 a 28.620). Santo Antão destaca-se no segundo grupo onde o MPD está mais bem implantado (1.210 a 2.080). Sal (0.56 a 1.210), Brava, Fogo, Maio, Boa Vista e São Nicolau (0.02 a 0.12) são as ilhas onde regista os menores níveis de implantação em 2011. O PAICV (Figura 2) está bem implantado no arquipélago, todavia assinala o baixo nível de implantação em Sal e São Nicolau.

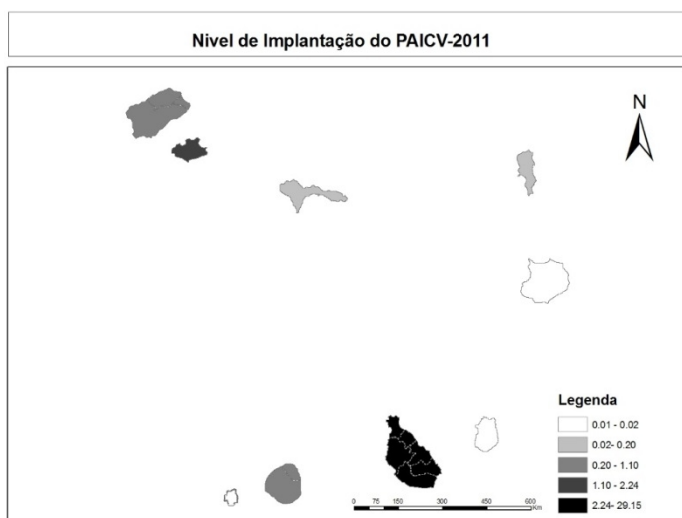
Figura 1 - Nível de Implantação do MPD



Fonte: Boletim Oficial Cabo Verde, processamento do autor.

A União Independente Democrata (UCID), desde 2006, tem movimentado em todos os círculos eleitorais, porém tem alcançado apenas dois deputados no círculo eleitoral de São Vicente. Assinala melhor implantação nas ilhas do Norte, São Vicente (0,77 a 10.56) e Santo Antão (0.35 a 0.77). O nível de implantação do PTS em 2011, mostra que este partido está mais bem implantado nas ilhas São Vicente e Santiago (6.68 a 49.99). O PTS está fracamente implantada nas ilhas de Sal, Boa Vista, Maio, Fogo e Brava com um nível de implantação inferior a 0.04.

Figura 2 - Nível de Implantação do PAICV

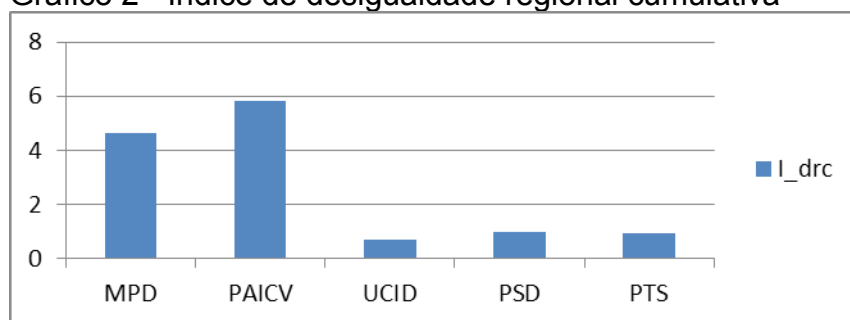


Fonte: Boletim Oficial Cabo Verde, processamento do autor.

No que se refere ao nível de implantação do PSD em 2011, os dados indicam que este partido está mais bem implantado na ilha de Santiago e na ilha de Santo Antão.

Todavia, que este partido não está implantado nas ilhas Barlavento, nomeadamente, São Vicente, São Nicolau, Sal, Boa e Vista, nas ilhas de Sotavento, nomeadamente, Maio, Fogo e Brava. Como é possível dizer que alguns partidos estão ficando mais nacionalizados, enquanto outros estão concentrando mais a votação? Vários autores propuseram índices e medidas com tal propósito. Para avaliar a distribuição da votação dos partidos foi utilizada o índice de desigualdade regional cumulativa (I_{drc}) proposto por Lijphart (2011). A desigualdade regional cumulativa (Gráfico 2) revela que entre os partidos do arco do poder, o PAICV tem uma conduta de votação mais concentrado (5,81) que o MPD (4,6385).

Gráfico 2 - Índice de desigualdade regional cumulativa



Fonte: Adaptado de Nicolau (2004).

Relativo aos pequenos partidos, UCID, PTS e PSD, mostram uma forte dispersão dos votos.⁵

O índice de desproporcionalidade

Somar as diferenças (absolutas) não é suficiente, porque não se faz a distinção entre alguns desvios grandes e série e um grande número de outros desvios pequenos. O índice de desproporcionalidade⁶ proposto por Michael Gallagher de acordo com Lijphart (2011) resolve o problema. A Tabela 4 apresenta do índice de desproporcionalidade proposto por Michael Gallagher, para o caso de Cabo Verde.

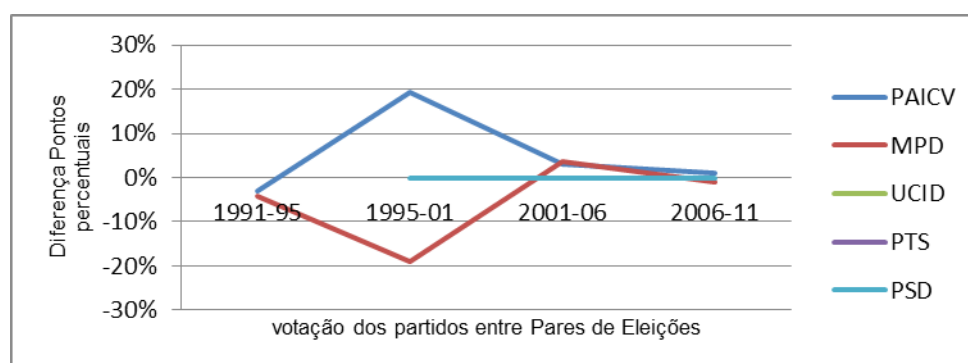
Tabela 4 - índice de desproporcionalidade (G)

Ano	PAICV		MPD		PCD		ADM		UCID		Total	G
	C	%	C	%	C	%	C	%	C	%	C	Voto
1991	23	31,6	56	62,5							79	125564 6,2%
1995	21	29,8	50	61,3		6,7					72	158901 6,9%
2001	40	47,9	30	39,2				5,9			72	141836 6,1%
2006	41	50,9	29	42,8					2	2,6	72	174858 4,7%
2011	38	53,0	32	42,4					2	3,4	72	333730 1,5%

Fonte: Boletim Oficial Cabo Verde, processamento do autor.

Os gráficos (3 e 4) mostram uma clara tendência crescente do voto do PAICV. O MPD, apresenta um comportamento irregular, crescimento associado à de desaceleração, mas a partir de 2006, retoma o rumo de crescimento.

Gráfico 32 - Votação dos partidos entre pares de eleições Legislativas



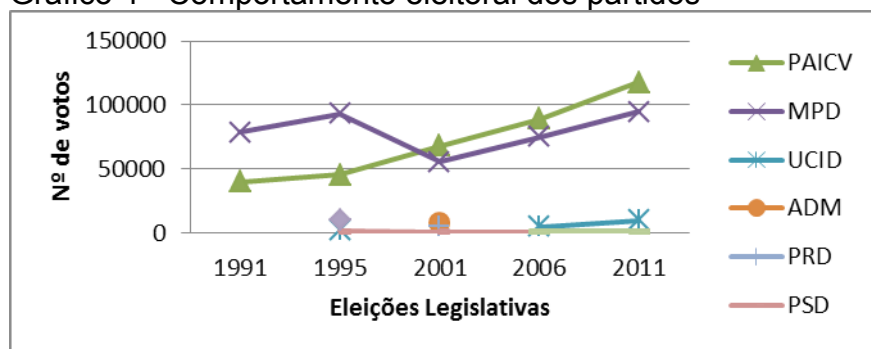
Fonte: Boletim Oficial Cabo Verde, processamento do autor.

⁵ Esse I_{drc} é calculado através do percentual da votação que um partido obteve em cada círculo eleitoral (p) em relação a votação total obtida no país com o percentual do eleitorado do círculo sobre o eleitorado do país. As diferenças encontradas em cada unidade são somadas: $I_{drc} = \sum |e - p|$

⁶ Esse (G) é calculado da seguinte maneira: $G = \sqrt{\frac{1}{2} \sum (v_i - s_i)^2}$ (v_i) diferenças entre as percentagens do voto; (s_i) percentagens de cadeiras para cada partido são elevadas ao quadrado, em seguida adicionadas; esse total é dividido por dois e tira-se a raiz quadrada desse valor.

Dos pequenos partidos, o único que apresenta uma tendência crescente, é a UCID, com uma linha de comportamento que se afasta progressivamente de zero.

Gráfico 4 - Comportamento eleitoral dos partidos



Fonte: Boletim Oficial Cabo Verde, processamento do autor.

Considerações Finais

Os partidos registam índices de votação diferenciados círculos eleitorais do país. Em Cabo Verde, por exemplo, regista-se que alguns partidos têm votação dispersa, nomeadamente os pequenos partidos, enquanto os grandes partidos, têm votação concentrada. Atinentes ao financiamento partidário, os partidos sujeitam-se amplamente aos recursos públicos, o que reforça a sua sujeição ao Estado e comprova que sofrem os efeitos da “cartelização” (RAMOS, 2012). Por sua vez, Sanches (2012) defende que em os partidos apresentam uma estrutura organizativa fraca, enfrentam problemas de financiamento e dependem em grande medida do Estado; daí que as funções de socialização e de agregação de interesses específicos, tradicionalmente desempenhadas pelos partidos, se encontrem em declínio.

Referências

- BOCV. I Série, Nº 3, Suplemento, 25/01/1991, INCV, 1991.
- BOCV. I Série, Nº 52, Suplemento, 27/12/1995, INCV, 1995.
- BOCV. I Série, Nº 2, Suplemento, 22/01/2001. INCV, 2001.
- BOCV, I Série, Nº11, 14 de Março de 2006. INCV, 2006.
- BOCV. I Série, Nº 7, Suplemento 19/2/2011. INCV, 2011.
- Código Eleitoral Cabo Verde (CECV).Ministério da Administração Interna, 2010.
- Comissão Nacional de Eleições (CNE). **Guia do cidadão eleitor**, 2010.
- DUVERGER, M. **Os Partidos Políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

ESRI. ArcView GIS, 10.1 (2011): software do tipo Geographic Information System. Environmental Systems Research Institute.

Estatutos do PAICV. Aprovados no XII Congresso Praia, 22-24 jan. de 2010.

Estatutos do MpD. Aprovados na X Convenção – 12 a 14 de Julho 2013.

GEORGE, Pierre. **Os Métodos da Geografia.** 2ª Edição, São Paulo, Difel, 1986.

Lei n.º 86/III/90 estabelece o Regime Jurídico dos Partidos Políticos.

LIJPHART, Arend. **Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia:** ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. – 2. Ed., São Paulo: Contexto, 2013.

NICOLAU, J. (2005): Partidos na República de 1946: Uma Réplica Metodológica. Rio de Janeiro, **DADOS** – Revista de Ciências Sociais, Vol. 48, nº3. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/dados/v48n3/a05v48n3.pdf> acesso em 02/05/2014.

NKRUMAH, K. **A Luta de Classes em África.** Lisboa: Sá da Costa Lda, 1977.

RAMOS, Arceolinda. **Partidos Políticos na Democracia Cabo-verdiana: um estudo de caso (1991-2011).** Uni-CV. Praia, jan. 2012.

SANCHES Edalina. **Cadernos de Estudos Africanos** [Online], 20 | Disponível em: <<http://cea.revues.org/161/>> Acesso em 15 ago. 2014. “Institucionalização dos Sistemas Partidários na África Lusófona – O caso cabo-verdiano”, 2014.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão.** 5ª Ed., São Paulo: Estúdio Nobel, 2000.

Recebido em Setembro de 2014.

Publicado em Janeiro de 2015.